DOI 10.5216/ o.v20i01.64184

O PODER DA BÍBLIA: CRENÇAS E ORGANIZAÇÃO DAS IGREJAS EVANGÉLICAS NA POLÍTICA BRASILEIRA

Ailton Laurentino Caris Fagundes[1]
Bruna Caroline Machado Gomes[2]

Resumo: Contando com cerca de 50 milhões de fiéis e uma atuação organizada, os evangélicos se tornaram um ator importante na política brasileira, capaz de eleger representantes, organizar partidos, influenciar ou decidir eleições. Engajados politicamente desde os anos oitenta, as igrejas evangélicas não formam um grupo homogêneo e podem agir ou não de forma conjunta, de acordo com seus dogmas ou interesses. Este trabalho busca analisar aspectos da atuação política dos evangélicos no Brasil e o modo como se organizam e atuam, mostrando por um lado como as crenças servem para justificar e legitimar a participação no jogo eleitoral e, por outro, como o pragmatismo político entra nas igrejas permitindo que elas possam agir como partidos.
Palavras-chaves: Conservadorismo; Representação Política; Bancada Evangélica

THE POWER OF THE BIBLE: BELIEFS AND ORGANIZATION OF EVANGELICAL CHURCHES IN BRAZILIAN POLITICS

Abstract: With about 50 million followers and an organized performance, evangelicals have become an important player in Brazilian politics, able to elect representatives, organize parties, influence or decide elections. Engaged politically since the 1980s, evangelical churches do not form a homogeneous group and may or may not act jointly, according to their dogmas or interests. This work seeks to analyze aspects of the political performance of evangelicals in Brazil and the way they are organized and act, showing on the one hand how beliefs serve to justify and legitimize participation in the electoral game and, on the other hand, how political pragmatism enters churches allowing them to act like parties.
Keywords: Conservatism; Political representation; Evangelical Churches

EL PODER DE LA BIBLIA: CREENCIAS Y LA ORGANIZACIÓN DE LAS IGLESIAS EVANGÉLICAS EN LA POLÍTICA BRASILEÑA

Resumen: Con cerca de 50 millones de seguidores y una actuación organizada, los evangélicos se han convertido en un actor importante en la política brasileña, capaces de elegir representantes, organizar partidos, influir o decidir elecciones. Comprometidas políticamente desde la década de 1980, las iglesias evangélicas no forman un grupo homogéneo y pueden o no actuar de manera conjunta, según sus dogmas o intereses. Este trabajo busca analizar aspectos del desempeño político de los evangélicos en Brasil y la forma en que se organizan y actúan, mostrando por un lado cómo las creencias sirven para justificar y legitimar la participación en el juego electoral y, por otro lado, cómo el pragmatismo político entra en las iglesias, permitiéndoles actuar como partidos políticos.
Palabras llave: conservadurismo; Representación política; Iglesias Evangélicas

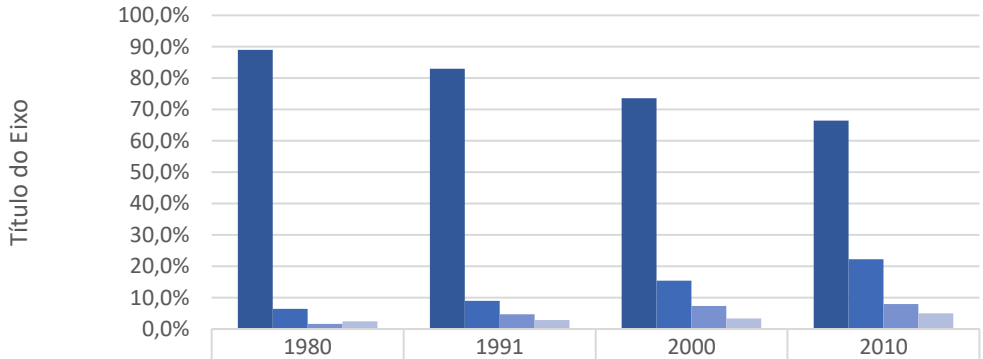
Conhecidas desde a antiguidade, as relações entre política e religião, ou entre poder e fé, permeiam diversos debates dentro do pensamento ocidental. No Brasil, esse tema volta a se tornar central para a compreensão das disputas políticas das últimas décadas, isso decorre de dois pontos fundamentais: o crescimento da população protestante e a sua atuação de modo organizado dentro da estrutura política do país. O forte crescimento da população evangélica é afirmado pelos Censos organizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: em 1980 os evangélicos representavam apenas 6,4% da população, uma década depois chegam a 9% e, num crescimento constante, alcançam os 22,2% em 2010; isso significa que em três décadas o percentual de evangélicos no país mais que triplica. Em contrapartida, se em 1980 o percentual de brasileiros que se declaravam católicos alcançava 89% da população, em 2010 apenas 64,6% diziam-se fiéis do catolicismo (Gráfico 1). O crescimento da população evangélica e o proporcional declínio do número de católicos implicam em diversas transformações tanto na esfera cultural quanto na política.

[1] Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, USP. Desenvolveu pesquisa de pós-graduação na área de Desenvolvimento Econômico no Instituto de Economia da Unicamp e no Departamento de História Econômica da Universidade de São Paulo. Atualmente é professor de Ciência Política no Departamento de História e Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, UFG. Email: aailton@gmail.com
[2] Universidade Federal de Catalão. Email: brunamachadoufg@gmail.com:

As transformações no cenário religioso do país não ocorrem apenas pela redução da proporção de católicos mas também por mudanças internas e significativas no interior do protestantismo. Machado (2012) esclarece que o aumento do número de evangélicos no Brasil é resultado da diversificação e da disseminação do pentecostalismo, ou seja, entre aqueles que se distinguem teologicamente pela ênfase nos dons do espírito santo, como línguas, curas e profecias. Atualmente os pentecostais representam cerca de 60% dos evangélicos, ultrapassando em número os protestantes tradicionais[3]. Na esfera cultural mudanças como a flexibilização dos usos e costumes, adoção da teologia da prosperidade[4], os investimentos nos meios de comunicação eletrônica e a capacidade de expansão do número de templos ajudam a explicar esse fenômeno de expansão.

Dados do IBGE, analisados no Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil (2003), mostram que o grande crescimento do número de protestantes no Brasil, entre os anos 80 e 90, se dá sobretudo entre os pentecostais, que passam de 3,9 milhões de fiéis em 1980 para algo em torno de 18 milhões nos anos 2000; enquanto entre os protestantes tradicionais, no mesmo período, o crescimento é irrelevante. Esse dado é importante, porque ao mesmo tempo em que o campo evangélico cresce e se diversifica, ocorre um engajamento político de algumas igrejas pentecostais diante de questões, inicialmente pontuais, que contribuem para explicar o surgimento e a consolidação dos evangélicos enquanto atores políticos e também as suas formas de atuação.

Gráfico 1: Distribuição das religiões (% da população brasileira)



	1980	1991	2000	2010
Católicos	89,0%	83,0%	73,6%	66,4%
Evangélicos	6,4%	9,0%	15,4%	22,3%
Sem religião	1,6%	4,7%	7,4%	8,0%
Outras Religiões	2,5%	2,9%	3,4%	5,0%

Fonte: IBGE: Censo Demográfico (1980, 1991, 2000, 2010).

Os evangélicos não tiveram presença marcante na política brasileira até a primeira metade da década de 1980, enquanto atores políticos no máximo tiveram uma atuação marginal e discreta. De modo geral, os protestantes não se envolviam com práticas políticas e mantinham-se distante dos partidos e das pautas governamentais, quase sempre justificando com o argumento de que a política não estava de acordo com as práticas religiosas (TREVISAN, 2013, p.5). Ainda que contassem com representantes no Congresso Nacional, as igrejas não se organizavam politicamente no sentido de eleger seus representantes e, de modo geral, rejeitavam qualquer alinhamento com grupos políticos que disputavam o poder. Esse cenário muda a partir da Constituinte, quando já era visível o engajamento de algumas igrejas pentecostais. As mudanças que se seguiram evidenciam não apenas mudanças quantitativas, com o crescimento do número de representantes, mas também de mudanças qualitativas, com novas igrejas representadas, novos tipos de políticos e novas estratégias de ação; e como novidade a presença majoritária de pentecostais (FRESTON, 1993).

[3] Entende-se por protestantes tradicionais, clássicos ou de missão aqueles que estão ligados às famílias denominacionais com origem com origem anterior ao século XX, incluindo, entre outros, os luteranos, presbiterianos, batistas, anglicanos e metodistas.

[4] Como teologia da prosperidade compreende-se uma série de pensamentos e ações relacionadas à doutrina cristã que defende que a prosperidade financeira é um desejo de Deus para os fiéis e que a riqueza pode resultar da bênção divina. Enquanto movimento religioso ganha força nos Estados Unidos a partir da década de 1950 e, sobretudo, nos anos 1980 com o televangelismo. Tanto nas suas origens quanto no seu desenvolvimento em países como o Brasil, a teologia da prosperidade é comum entre as igrejas pentecostais e pouco presente no protestantismo tradicional.

Alguns fatores contribuem para entendermos esse fenômeno; o primeiro e mais evidente parece ser o grande aumento do número de fiéis, resultado do crescimento e diversificação do número de igrejas. Esse crescimento, entretanto, é insuficiente para compreender o fenômeno da crescente presença dos evangélicos nas disputas eleitorais e pode mascarar importantes questões. No contexto das lutas pela redemocratização e da retomada dos direitos políticos e sociais suprimidos pelo regime militar, diversas forças políticas passaram a atuar de forma organizada para fazer valer seus interesses e influenciar decisões tanto no Executivo quanto no Legislativo. Entre esses novos atores políticos, os evangélicos, em especial os pentecostais, começam a se articular para entrar de forma aberta na disputa eleitoral com o argumento da ameaça às suas liberdades de manifestação religiosa e do receio de que a nova Constituição devolvesse à Igreja Católica antigos privilégios, como a sua hegemonia enquanto religião oficial do país.

Segundo Prandi e Santos (2015), os evangélicos também temiam que a nova carta incluísse pautas contrárias aos interesses das igrejas, como a defesa dos homossexuais e feministas, do comunismo e da liberalização do aborto e uso de drogas, além de outros temas que lhes eram sensíveis, e que por conta disso haveria a necessidade de se organizarem para proteger suas crenças e seus interesses. O argumento do risco, seja às suas instituições seja às suas crenças e práticas, aliado às alegações de crise moral da sociedade e dos governos, serviu para justificar e, de certo modo, legitimar a entrada e a permanência dos políticos perante os fiéis.

A presença na assembleia constituinte foi o ponto de união entre as igrejas evangélicas para a participação organizada nas eleições legislativas de 1986 e as mesmas pautas continuariam candentes em 1989, quando o anticomunismo e a 'ameaça' dos ideais de esquerda aparecem de forma mais clara. O desempenho de Luiz Inácio Lula da Silva e Leonel Brizola nas pesquisas eleitorais e a possibilidade da eleição de um presidente de esquerda passa a ser visto como um risco às liberdades religiosas; temas sensíveis como descriminalização do aborto, reconhecimento civil de relações homoafetivas e outros temas relacionados à tradição moral dos evangélicos, além da proximidade, sobretudo do Partido dos Trabalhadores (PT), com a Igreja Católica fizeram com que diversas lideranças evangélicas não apenas declarassem apoio explícito a Fernando Collor (PRN) como buscassem uma contínua aproximação com políticos conservadores.

Da guerra santa à luta política

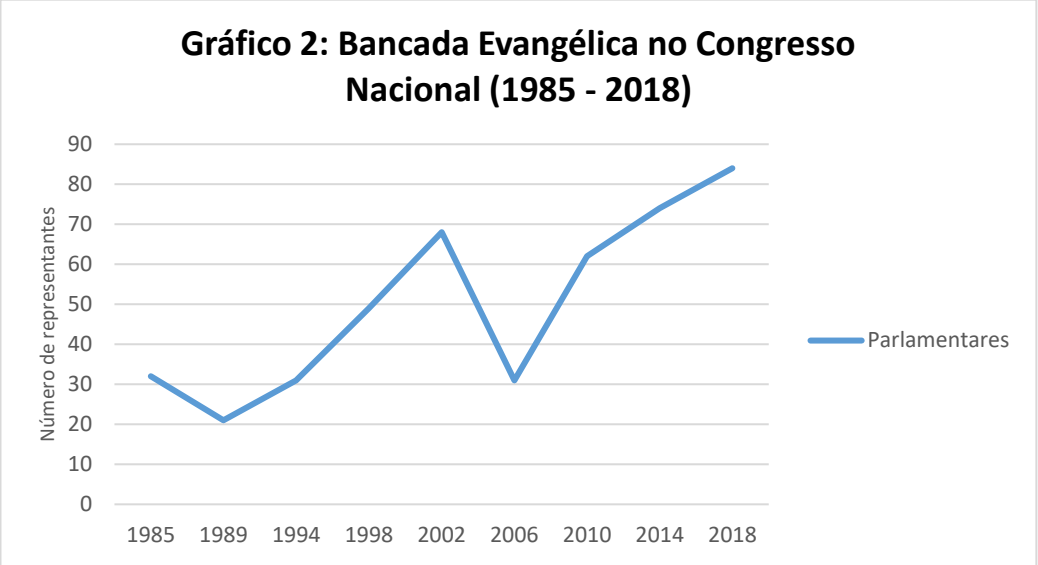
Diferente dos protestantes tradicionais, os pentecostais incorporam elementos religiosos estranhos ao cristianismo tradicional, realizando um certo sincretismo no qual é possível perceber elementos do judaísmo e das religiões afro-brasileiras. A crença na atuação constante de demônios na vida cotidiana como explicação dos 'males do mundo', que podem ir do desemprego às doenças, da infidelidade às crises políticas, se apresenta como uma luta constante do indivíduo e da igreja contra o diabo. Essa luta, que chega a ser assumida como Guerra Santa[5] por igrejas como a Igreja Universal do Reino de Deus IURD) é uma das bases para justificar a participação dessas igrejas no jogo político. A crença na presença do mal, ou de demônios, no mundo da política impõe a participação dos pentecostais, seja para assumir o lugar dos infiéis seja para usar os cargos e as instituições para defender o evangelho.

Ora, se os problemas do país decorrem da 'falta de Deus' então eleger seus servos torna-se um dever, um compromisso para muitos fiéis, um caminho para muitas igrejas. Nos anos 90, tanto o compromisso dos fiéis quanto o caminho das igrejas aparecem de forma explícita. Nas eleições presidenciais de 1994, Orestes Quércia escolhe Íris de Araújo como sua candidata à vice considerando, entre outros pontos, o fato dela ser ligada a igrejas evangélicas; o resultado mostraria o acerto estratégico, embora tenha terminado apenas em quarto lugar Quércia teve um desempenho eleitoral muito melhor entre os evangélicos, nesse grupo ele alcança 8,3% dos votos, contra 5,1% no total dos eleitores[6]. É sintomático que já em 1994, nos dois principais estados da federação, candidatos evangélicos com discurso religioso tenham chegado ao segundo turno: Francisco Rossi em São Paulo e Anthony Garotinho no Rio de Janeiro, ambos pelo PDT. Garotinho seria eleito governador em 1998, sendo sucedido por sua esposa Rosinha Garotinho na eleição seguinte, quando sai candidato à presidência pelo PSB e fica em terceiro lugar.

Em menos de uma década, entre as eleições de 1989 e 1998, o número de evangélicos na Câmara dos Deputados cresce de pouco mais de 20 para quase 50. Ao mesmo tempo em que começam a se organizar politicamente, algumas das principais igrejas evangélicas conseguem atrair parcelas significativas da população e também passam a usar o crescimento do número de fiéis no sentido de reivindicar a sua participação na vida pública, na medida em que ainda estariam sub-representados na esfera política.

[5] MARIANO, Ricardo. Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
[6] PIERUCCI, Antônio & Reginaldo PRANDI. A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política. São Paulo: Hucitec, 1996.

De fato, o número de evangélicos, pentecostais ou não, é proporcionalmente menor no Congresso do que na população em geral, contudo o que chama a atenção não são os números dessa equivalência mas as novas formas de organização e atuação. Entre as eleições de 1989 e 2002, mais que triplica a quantidade de deputados federais evangélicos. Entre 2002 e 2006, porém, ocorre uma queda significativa do número de deputados eleitos, essa variação mostra que as igrejas não são as únicas instituições a influenciar o voto dos evangélicos e, ainda, que um grande número de candidatos ou erros nas estratégias de campanha podem ser decisivos nas eleições e isso pode ser compreendido pelo crescimento contínuo nas eleições seguintes, ultrapassando o número de 70 eleitos em 2014 e chegando a 84[7] na atual legislatura.



Fonte: Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP, 2014

Como mostra Claudia Nascimento (2017)[8], entre 2006 para 2010, há uma queda no número de candidatos ligados às religiões ao mesmo tempo em que há um aumento na proporção de eleitos, segundo ela, sucesso eleitoral pode ser um fator para explicar o aumento no número de candidatos evangélicos entre 2010 e 2014: embora haja nesse período um aumento significativo no número de candidatos, cerca de 25%, entre os evangélicos o crescimento é de próximo a 60%. O aumento de candidatos, contudo, não é proporcional ao crescimento no número de eleitos.

Bancada Evangélica: religião e política

A Bancada Evangélica é uma das mais importantes e atuantes do Congresso e, junto com as bancadas da bala e do boi está na base do grupo mais conservador do Congresso. O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, o DIAP, considera como integrante da Bancada Evangélica, apenas os que são reconhecidamente evangélicos, sejam eles ocupantes de cargos nas estruturas das instituições religiosas, como pastores, missionários, bispos e sacerdotes, ou políticos ligados às igrejas ou eleito com o voto delas, como cantores gospel e aqueles que professam a fé segunda à doutrina evangélica e se utilizam disso nas eleições, ou seja, aqueles que de alguma forma podem se beneficiar eleitoralmente da aproximação com alguma igreja evangélica ou aqueles que utilizam o seu cargo e o espaço de representação para questões relacionadas às estruturas religiosas.

Organizadas de modo informal na defesa de pautas específicas, as Bancadas atuam dentro do Congresso Nacional como organizações suprapartidárias que visam a corresponder a anseios de setores específicos da população, uma vez que os partidos muitas vezes não conseguem deixar claro os seus posicionamentos. Essas Bancadas promovem ideias, causas e organizam os debates em torno de demandas bem definidas buscando influenciar as decisões a favor de determinadas políticas públicas em áreas como segurança, educação, saúde, direitos humanos etc. Assim as Bancadas organizam os seus debates para que os

[7] Agência DIAP. https://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/89610-a-forca-da-bancada-evangelica-nas-eleicoes-municipais

[8] NASCIMENTO, Cláudia Cerqueira. Igreja como partido: capacidade de coordenação eleitoral da Igreja Universal do reino de Deus. São Paulo: Tese de Doutorado em Administração Pública e Governo, Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, 2017, p 31.

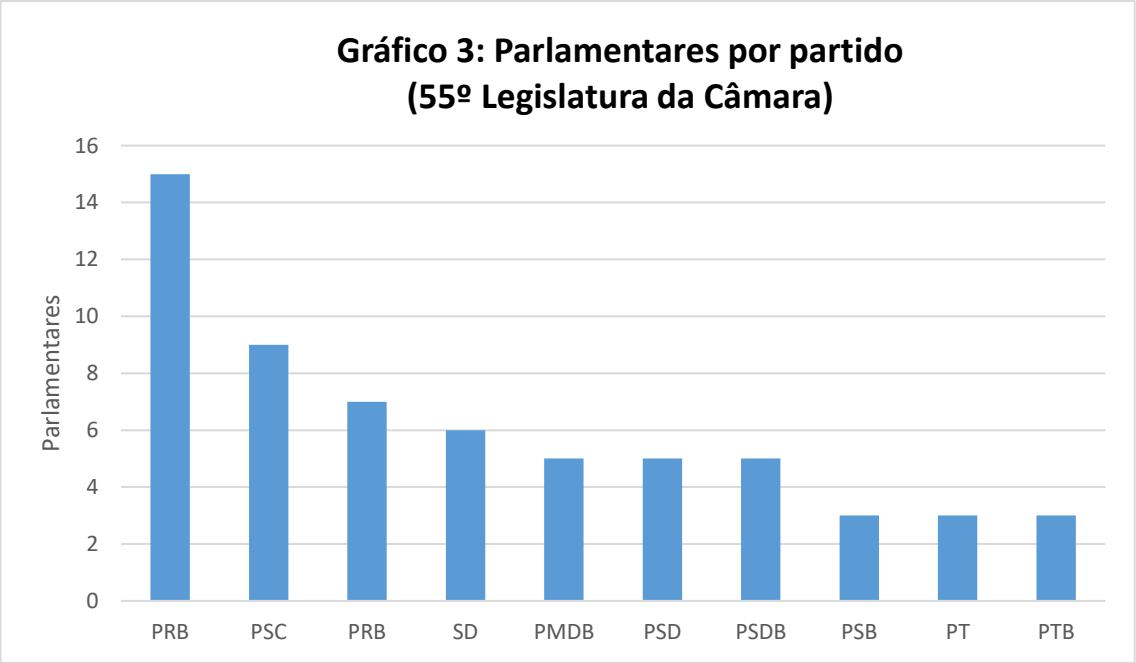
partidos se sensibilizem com as suas causas, dado que os congressistas precisam votar de acordo com as decisões de suas legendas. Diferente dos partidos, as Bancadas não têm o poder de determinar o voto dos seus integrantes, mas podem conseguir uma coesão interna suficiente para influir em decisões específicas.

Alinhando-se cada vez mais à direita, esse grupo representa hoje uma das mais importantes forças da política brasileira, atuando de forma coesa em temas relacionados às liberdades individuais, onde defendem bandeiras importantes para suas visões religiosas de mundo. Em decorrência do crescimento do protestantismo no Brasil, da inserção de diversas denominações religiosas na esfera pública e na política, a Bancada Evangélica passa a ser uma parte importante da guerra cultural por símbolos, códigos e estilos de vida. Os evangélicos possuem valores enraizados, crenças e visões de mundo, e quando se sentem ameaçados em relação a eles, se organizam contra possíveis mudanças, de forma a conservar o que está posto. Essa é, aliás, uma das características fundamentais do conservadorismo, ser uma força reativa. Ao contrário de outras ideologias políticas, o conservadorismo não possui um ideal claro de sociedade ou de perspectivas de mudanças sociais; ser conservador é ser contra rupturas, é defender a ordem e as tradições, ainda que elas se mostrem insuficientes e imperfeitas.

Temos então, um conservadorismo pragmático que se organiza contra as mudanças de mentalidade que ameaçam os valores considerados fundamentais. Esse conservadorismo conseguiu um grande crescimento em diversas partes do mundo nas primeiras décadas do século XX, resultado de uma reação radical às mudanças profundas no campo dos costumes e da cultura, isso explica os motivos pelos quais os conservadores enfatizam suas atuações em questões relacionadas ao feminismo, lutas identitarias, questões de gênero e outros temas onde as pautas de mudança ganham maior notoriedade. Segundo Melo (2016) o fato desses parlamentares pertencerem a partidos ditos conservadores não nos permite classificá-los da mesma forma, contudo, em sua maioria, eles se identificavam desta forma, uma vez que afirmavam que sua entrada na política tinha como intuito reivindicar a preservação da moralidade privada tradicional.

A despeito das diferentes visões religiosas e de perfis de fiéis e, mesmo não possuindo necessariamente os mesmos princípios, as igrejas evangélicas atuam de forma conjunta, construindo uma trajetória coerente, sobretudo em temas relacionados a questões morais e defesa dos interesses dessas instituições, buscando relacionar aspectos das crenças religiosas com questões de posicionamento político partidário. Os parlamentares evangélicos, assim que se submetem às hierarquias partidárias, atuam de forma a fortalecer e defender interesses de suas igrejas.

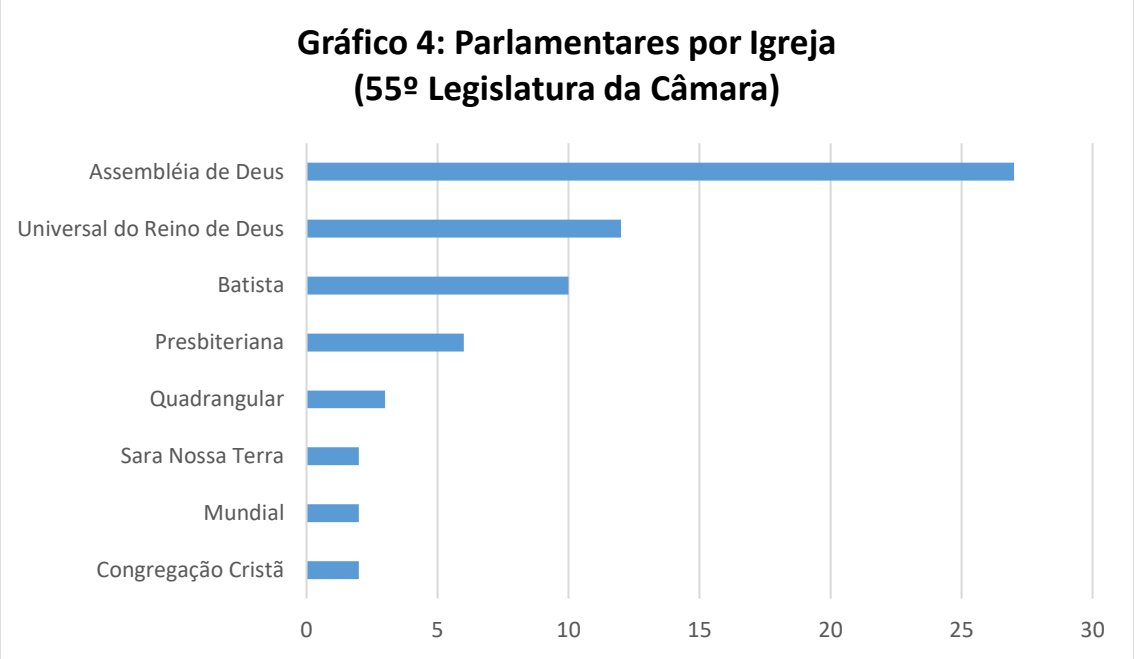
Na 55º legislatura da Câmara dos Deputados que se iniciou no ano de 2015, a Bancada Evangélica foi composta por 74 deputados. Segundo o DIAP, 35 parlamentares eram novos e 39 foram reeleito/as. Dentre os parlamentares novos 27 eram do sexo masculino e oito do sexo feminino, no que se refere aos reeleitos 37 eram do sexo masculino e duas do sexo feminino. A Bancada nessa legislatura também possuía um pluripartidarismo, comparado as suas demais legislaturas, composta por deputados de 20 partidos diferentes (Gráfico 3).



ISSN: 2177-5648 OPSIS (Online), Catalão-GO, v. 20, n. 1, 2020

Fonte: Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP, 2014[9]

Com 15 parlamentares, o Partido Republicano Brasileiro – PRB[10] é o partido com mais representantes dentro da Bancada Evangélica, seguido pelo Partido Social Cristão, com nove parlamentares. Esses dois partidos estão associados às duas maiores igrejas evangélicas do país: a Assembleia de Deus, que é a precursora da inserção pentecostal na política e a que mais elege representantes, embora possuía parlamentares em diversos partidos concentra sua presença no PSC; a IURD, por sua vez, usa o PRB como seu braço político. Segundo Baptista (2007) essas duas igrejas conseguem garantir a fidelidade da maioria dos seus membros no momento das votações, demonstrando uma capacidade de controle sobre o comportamento político dos seus adeptos que é superior à dos partidos.



Fonte: Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP, 2014

Grandes igrejas, pequenos partidos

Três das quatro maiores igrejas pentecostais brasileiras (Tabela 1) possuem um nível elevado de envolvimento político: Assembleia de Deus, Igreja do Evangelho Quadrangular e Igreja Universal do Reino de Deus. Suas trajetórias mostram a busca por representatividade junto às esferas do poder e sua consolidação na cena política brasileira graças à participação ativa no processo de escolha e campanha de candidatos próprios ou de algum partido cujo acordo foi selado com a igreja (NASCIMENTO, 2017). De acordo com Freston (1993) o campo protestante brasileiro não só cresce rapidamente, mas se fragmenta cada vez mais em centenas de grupos autônomos, ou denominações[11]. Entretanto, poucas igrejas maiores abarcam uma grande parcela do protestantismo popular, um fator nisso é o histórico, o pentecostalismo tem 80 anos, e há grupos que já firmaram posições no mercado como a Assembleia de Deus; por outro lado há uma dimensão cultural que permite o surgimento de novos grupos, alterando o quadro histórico, como é o caso da igreja IURD.

Tabela 1 - Principais Igrejas Pentecostais em Número de Fiéis

Igrejas Pentecostais	1991	%	2000	%	2010	%

[9] Para montar a representação gráfica foram considerados apenas os partidos que tinham acima dois deputados compondo a Bancada Evangélica. Assim os partidos com dois deputados ou menos na Bancada estão citados aqui: DEM, PDT, PP, PHS, PMN, PPS, PROS, PSOL, PTN e PV.

[10] O PRB foi renomeado em 2019, passando a se chamar Republicanos.

[11] Denominações são as ramificações dentro do cristianismo, formadas ao longo das cisões históricas formando diferentes organizações religiosas com estruturas e doutrinas diversas.

ISSN: 2177-5648 OPSIS (Online), Catalão-GO, v. 20, n. 1, 2020

Assembleia de Deus	**2.439.770**	**29,8**	**8.418.154**	**47,5**	**12.314.410**	**48,5**
Congregação Cristã do Brasil	**1.635.985**	**20**	**2.489.079**	**14**	**2.289.634**	**9**
Igreja Universal do Reino de Deus	**268.955**	**3,3**	**2.101.884**	**11,9**	**1.873.243**	**7,4**
Igreja do Evangelho Quadrangular	**303.267**	**3,7**	**1.318.812**	**7,4**	**1.808.389**	**7,1**
Igreja Deus é Amor	**169.343**	**2,1**	**774,827**	**4,4**	**845,383**	**3,3**
Igreja Maranata	**64.578**	**0,8**	**277.352**	**1,6**	**356.021**	**1,4**
Outras	**3.297.768**	**40,3**	**2.353.369**	**13,3**	**5.883.404**	**23,4**

Principal denominação evangélica do país, abrigando quase metade dos pentecostais, a Assembleia de Deus chegou ao Brasil em 1910, fruto da expansão mundial do pentecostalismo, e se expande geograficamente como a igreja protestante nacional (FRESTON, 1993). Organizada como uma complexa teia de redes compostas por igrejas-mães e congregações dependentes, a Assembleia de Deus tem uma estrutura ao mesmo tempo hierarquizada e horizontal, onde cada templo tem relativa autonomia e os membros possuem possibilidade de ascensão dentro da organização independente de questões econômicas ou formação acadêmica, o membro mais empobrecido pode chegar a postos mais elevados da denominação desde que sejam reconhecidos pelos demais. A cultura assembleiana também valoriza a ascensão material, mas aquele que ascende socialmente e na hierarquia política nunca pode esquecer que é um "irmão", um igual dentro da igreja. (BAPTISTA, 2007).

Dentro de um movimento de expansão do pentecostalismo, no final dos anos 70, surge a IURD, que trouxe um leque possibilidades teológicas, litúrgicas, éticas e estéticas do pentecostalismo. A IURD conseguiu em poucos anos o que outros grupos pentecostais levaram décadas para conseguir: a diversificação substancial da sua base social e, com isso, ocupar espaços antes impensáveis para protestantes no Brasil. De acordo com Freston (1993), a IURD se organiza a partir de um conceito de camadas, oferecendo serviços para uma clientela flutuante nos níveis mais baixos que podem ser testados sem compromissos, seriam frequentadores eventuais; no próximo nível há os membros, frequentadores constantes, e deles não são feitas muitas exigências comportamentais; depois se têm o nível dos obreiros voluntários, aqueles que possuem trabalho de apoio à igreja, entre esses a exigências são maiores; por último, o nível dos pastores que, como sacerdotes, são pagos para se dedicar à função.

As igrejas evangélicas apresentam níveis diversos de interesse na atuação política, mas também a forma como cada uma delas se organiza internamente influencia a capacidade de mobilização eleitoral. Enquanto os protestantes históricos tendem a possuir um modelo de organização mais horizontal e descentralizado, seguindo um modelo democrático e representativo, algumas das principais igrejas neopentecostais apresentam um modelo hierárquico bastante rígido no qual suas principais lideranças tomam decisões quase autocráticas. Assim, enquanto as lideranças das igrejas tradicionais são escolhidas de forma democrática e possuem mandados com período pré-determinado, entre os pentecostais o mais comum é a construção de hierarquias baseadas em escolhas e indicações de líderes. Esses modelos de estrutura interna permitem a compreensão do modo de atuar de algumas igrejas, as pentecostais costumam ser mais homogêneas, ter maior coesão interna e por conta dessa maior capacidade de mobilização.

A coesão interna é uma questão importante para a capacidade de atuação das igrejas e das suas lideranças. Mesmo entre os pentecostais as diferentes formas de organização apontam para atuações políticas distintas. A Assembleia de Deus, por exemplo, possui dissidências e muitas divisões internas, há disputas de poder e lideranças regionais em desacordo com lideranças nacionais, a relativa autonomia dos templos força a um jogo mais democrático para a escolha dos candidatos que representam a igreja, que inclusive podem não pertencer aos seus quadros; são realizadas prévias internas nas quais os candidatos derrotados se comprometem a apoiar os vencedores.

A IURD, por outro lado, possui um projeto político hierarquizado e autoritário no qual a cúpula da igreja, quando não o próprio Edir Macedo, escolhe os candidatos e até os seus partidos, o que contribui para a sua relação umbilical com o PRB. Bruna Dantas (2011) explica que é a cúpula da IURD, composta por um conselho de bispos, escolhido diretamente por Macedo, que vai escolher os candidatos, usando para isso um

cálculo de racionalidade eleitoral baseado em critérios geográficos ou áreas de influência, como demonstra a tese de Cláudia Nascimento (2017). A IURD é uma igreja de caráter episcopal, ou seja, centralizada, diferenciando-se do modelo congregacional, no qual a estrutura é formada de diversas unidades relativamente autônomas. Essa centralização pode ser observada na administração dos recursos e no trabalho dos pastores que seguem orientações da cúpula da igreja. Esse modelo cria uma hierarquia interna de poder na qual os pastores, para ascenderem, necessitam obedecer e conquistar metas, como nas grandes empresas são a todo momentos estimulados a expandirem suas clientelas, aumentarem as suas ofertas e dízimos, com a promessa de assumirem templos maiores, aumentando status, salários e benefícios.

A Igreja Universal do Reino Deus, foi protagonista em manter um planejamento de filiações partidárias, sobretudo, no que se refere a incentivar seus fiéis para esse tipo de engajamento na vida pública. Igreja Assembleia de Deus, maior denominação evangélica do Brasil e que dispõe do maior número de parlamentares no Congresso Nacional, se organizada estruturalmente de forma congregada, tendo como principal característica administrativa a descentralização. Esse modelo de organização permite uma maior proximidade entre fiéis e lideranças e um ambiente de maior controle moral; além da possibilidade do estabelecimento do associativismo voluntário e a formação e consolidação de laços afetivos e de parentescos entre seus frequentadores. Diferentemente da IURD que prega para os seus fiéis em programas televisivos, a Assembleia prescreve e controla costumes aos seus fiéis.

Também questões teológicas, ou de fé, ajudam a explicar a forma de atuação dos evangélicos, assim como o crescimento dos pentecostais e as diferenças entre eles. Diferente de religiões que investem anos na formação das suas lideranças, os pentecostais acreditam na intervenção do Espírito Santo e no carisma, assim os dons, como a capacidade de comunicação, são mais importantes que a instrução formal e as experiências cotidianas mais relevantes que as explicações científicas. Nesse sentido especificamente, a fé dos evangélicos se aproxima das ideias clássicas do conservadorismo, que segundo Michael Oakeshott (1962), significa preferir o familiar ao desconhecido, o testado ao nunca testado, o atual ao possível, o limitado ao ilimitado, o próximo ao distante, o suficiente ao abundante, o conveniente ao perfeito...

No Brasil, o conservadorismo dos evangélicos está diretamente relacionado à defesa das tradições, da moralidade cristã e da crença em um mundo ordenado a partir da criação e intervenção divina. Não decorre disso, entretanto, um engajamento político direto ou qualquer aproximação imediata com os mais diversos grupos da direita, é exemplar nesse sentido que grandes igrejas como a Congregação Cristã do Brasil, a Deus é Amor e a Igreja Maranata, tenham se mantido distantes do jogo eleitoral .Mais que crescimento da população evangélica, é o modo como algumas delas conseguiram se organizar que permitiu a aproximação entre os atores religiosos, seus representantes e os partidos políticos, assim como o aumento da presença de líderes religiosos no Legislativo.

O interesse das igrejas tanto pela permissão de canais de televisão e rádio quanto pelas parcerias com as agências governamentais na ação social impulsionaram o crescimento dessa participação política. Resultado desse envolvimento e desenvolvimento, os evangélicos passam a adquirir uma representatividade política expressiva e com isso não apenas ter capacidade de influenciar decisões no Executivo e Legislativo como também atrair o interesse de partidos e governos. Como é comum aos mais diversos grupos políticos, em momentos decisivos o pragmatismo torna-se mais importante que as questões ideológicas, ou no caso as teológicas e de crença, e as diferenças entre as várias igrejas tornam-se mais evidentes. Nas eleições presidenciais de 2006, 2010 e 2014, a IURD apoia as candidaturas petistas de Lula e Dilma Rousseff, enquanto as lideranças da Assembleia de Deus apoiam os candidatos do PSDB, Alckmin, Serra e Aécio Neves.

O pragmatismo é uma das características da atuação da IURD, o Partido Republicano Brasileiro - PRB, o braço político da igreja, foi criado em 2003[12] dentro do grupo de sustentação do governo Lula e tendo como principal liderança o então vice-presidente José Alencar. Fazendo parte do governo, o PRB conseguiria apoio da presidência nos governos Lula e Dilma, posteriormente, também estaria na base aliada de Michel Temer e hoje, como Republicanos, integra o grupo do centrão[13]que sustenta o governo Bolsonaro. Nesse sentido, a trajetória de Marcelo Crivella, a principal liderança política da IURD, é exemplar: escolhido como ministro da Pesca e Aquicultura pela presidenta Dilma Rousseff e ficaria no cargo entre 2012 e 2014, quando sai para candidatar-se ao governo do Rio e é substituído por Eduardo Lopes, também do PRB e da Igreja Universal do Reino de Deus.

De acordo com os dados registrados no Tribunal Superior Eleitoral, em 2019 existia um total de 35 partidos no país e 5 deles se declaravam cristãos: o Partido Trabalhista Cristão (PTC) e o Partido Social Cristão

[12] Seu registro definitivo no Superior Tribunal Eleitoral se daria em agosto de 2005. Em 2019 o partido muda seu nome para Republicanos.

[13] O termo centrão é utilizado para designar o grupo de parlamentares ou partidos que, sem mostrar uma orientação ideológica bem definida, se alinha ao poder executivo numa rede de clientelismo que lhes garante vantagens em troca de apoio às propostas do governo.

(PSC) que foram registrados em 1998; o Partido Humanista da Solidariedade (PHS) e o Partido Social Democrata Cristão (PSDC) fundados em 1995; e o Partido Patriota (PATRI), antigo PEN, que também tem registrado no seu estatuto o conceito Social da Democracia Cristã. Além desses, outros partidos que não levam o cristianismo no nome ou no seu estatuto, ou ainda que não possuem raízes religiosas, possuem uma forte ligação com igrejas evangélicas, é o caso do PRB que, segundo a deputada federal Tia Earon, está diretamente vinculado à IURD; segundo ela, em artigo publicado na página do partido, "O PRB teve sua gênese na IURD e este é um fato indiscutível". Assim como a IURD usa o PRB como seu braço político, a Assembleia de Deus se organiza politicamente em torno do PSC, muitas vezes usando o partido como fachada; uma vez que as decisões das igrejas são tomadas internamente esses partidos servem como plataforma para uma atuação previamente determinada ou de comum acordo.

A capacidade dos evangélicos de influenciar votos, definir pautas e intervir no debate político vai além da relação direta entre os líderes das igrejas e seus fiéis. O discurso, seja ele religioso ou político, alcança milhões de pessoas através de meios de comunicação controlados por algumas das principais denominações. Igrejas cristãs, sejam elas católicas ou evangélicas, estão no controle de uma vasta rede de veículos de comunicação, pesquisa realizada no projeto Media Ownership Monitor Brasil[14], desenvolvida em parceria pelas ONGs Repórteres Sem Fronteiras e Intervozes, buscou demonstrar quem controla as mídias sociais no Brasil e concluiu, entre outras coisas, que das seis redes de comerciais de TV aberta analisadas, apenas o Sistema Brasileiro de Televisão, o SBT, não apresenta conteúdo religioso em sua grade de programação.

De acordo com a Agência Nacional de Cinema, a Ancine (2016)[15], as TVs abertas do Brasil dedicam 21% de sua grade a programas religiosos. A emissora campeã no tempo dedicado ao gênero é a Rede TV, com 43% de seu tempo destinado a programas religiosos, tempo superior ao da Rede Record que, mesmo controlado por uma instituição religiosa, destina 21% da sua grade à programação religiosa, pouco mais que a Band, que destina 16%; as outras emissoras não alcançam 2%. A Igreja com maior controle de veículos de comunicação é IURD, proprietária da Record, mas que também mantém programação em outras emissoras; desde 1989 sob o domínio do Edir Macedo, o Grupo Record é responsável pela Record TV, Record News, pelo portal R7, pelo jornal Correio do Povo. Dentre todas as igrejas, a IURD é a que controla o maior conglomerado midiático, além de ser dona da segunda maior rede de televisão, a Record, ainda possui mais de 40 emissoras de rádio e o jornal de maior circulação do país, a Folha Universal, um semanal com tiragem superior a 2 milhões de exemplares e distribuição gratuita.

Esse complexo de informações possui, obviamente, grande poder de alcance e influência, atingindo parcelas da população que não possuem qualquer vínculo com a igreja. Assim, torna-se interessante para políticos e partidos uma aproximação com essas igrejas e lideranças evangélicas mesmo que não haja nenhuma afinidade religiosa ou programática, num jogo de interesses que pode beneficiá-los, assim como às igrejas. Isso ajuda a compreender porque a Frente Parlamentar Evangélica, base institucional da Bancada dentro do Congresso, consegue agrupar mais de 200 parlamentares, muitos deles com credos diversos mas que buscam uma aproximação que pode render votos; não à toa as igrejas conseguem atrair e cooptar parlamentares e influenciar decisões políticas tanto do legislativo quanto do executivo.

Considerações Finais

Como um dos maiores e mais atuantes grupos que atuam dentro do Congresso Nacional, a Bancada Evangélica é uma das principais forças políticas do país, essa força decorre do crescimento, fortalecimento e engajamento político dos evangélicos, sobretudo os neopentecostais e expressa importantes mudanças que ocorreram na sociedade brasileira nas últimas duas décadas: o aumento da população protestante, novas formas de participação política e de atuação no debate público e, como resistências às mudanças, a crescente onda conservadora em temas relacionados aos costumes. Sendo maior que qualquer partido político, a Bancada é formada por mais de 80 parlamentares, incluindo deputados e senadores, que se dividem entre diversos partidos e representam diversas igrejas; sobretudo pentecostais e neopentecostais, como Assembleia de Deus e a IURD, duas das principais igrejas que compõem a Bancada e, que a despeito das diferentes visões religiosas e de perfis de fiéis e, mesmo não possuindo necessariamente os mesmos princípios, atuam de forma coesa, construindo uma trajetória coerente, sobretudo em temas relacionados a questões morais e defesa dos interesses dessas igrejas.

Esse poder não decorre do acaso, as igrejas pentecostais ocupam um espaço vazio da política brasileira, aberto pelo processo de democratização. A pouca institucionalização dos partidos, num quadro partidário recente e fragmentado, o voto proporcional dividido por unidades federativas para os cargos legislativos e o modo personalista como os eleitores decidem seus votos, facilitam a eleição de candidatos ligados às igrejas,

[14] https://brazil.mom-rsf.org/br/destaques/participacao-religiosa-na-midia/
[15] https://oca.ancine.gov.br/media/SAM/2015/MonitoramentoProgramacao/Informe_TVAberta_2015.pdf

tanto pela capacidade de mobilização nos templos quanto pelos recursos midiáticos. Esses fatores aproximam os candidatos dos eleitores e reduz custos de campanhas e das escolhas, ao mesmo tempo que cria uma certa proximidade entre o eleitor e seus candidatos. Nesse sentido, as igrejas conseguem alcançar um patamar que os partidos estão distantes o de criar um vínculo de identidade entre representado e representante.

O conservadorismo típico dos pentecostais tem a ver com o campo moral e atua como uma forma de resistência diante das recentes mudanças no campo dos costumes, entretanto isso não representa um necessário alinhamento político com partidos de direita; o que move as igrejas evangélicas, assim como outros atores políticos, é o pragmatismo, exemplo disso é que importantes lideranças pentecostais estiveram em partidos de centro-esquerda, apoiaram e participaram dos governos petistas. Para além das crenças, o acolhimento dos evangélicos por partidos de centro-direita e direita vai se dar por questões pragmáticas e de interesses mútuos.

Referências

BAPTISTA, Saulo. Cultura política brasileira, práticas pentecostais e neopentecostais: a presença da Assembleia de Deus e Igreja Universal do Reino de Deus no Congresso Nacional (1999 – 2006). Tese de Doutorado em Sociologia. Departamento em Ciências da Religião na Universidade Metodista, São Bernardo do Campo, 2007.

DANTAS, Bruna. **Religião e política**: ideologia e ação da "Bancada Evangélica" na Câmara Federal. 2011. 350 f. Tese de Doutorado em Psicologia Social – Setor de Ciências Jurídicas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.

FRESTON, Paul. **Protestantes e políticas no Brasil: da Constituinte ao Impeachment**. Tese de Doutorado em Sociologia. Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1993.

GONÇALVES, R. B. **O discurso religioso na política e a política no discurso religioso**: uma análise da atuação da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados (2003- 2014*)*. 2016. 260f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

GUTIERREZ, C. (2014). A Igreja Universal e o Partido Republicano Brasileiro: conflitos em torno do secularismo. In **29a RBA** - Reunião Brasileira de Antropologia: Diálogos Antropológicos Expandindo Fronteiras, 1–19.

LACERDA, F. (2016). Evangelicals, Pentecostals and Political Representation in Brazilian Legislative Election (1998-2010). **RBCS***, 32(93), 1–23.*

LOPES, Noemi. **A Frente Parlamentar Evangélica e sua atuação na Câmara e no Senado**. 2013. Monografia apresentada ao curso de graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília.

MACHADO, Maria & BURITY, Joanildo. (2014), "A ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos". **Dados**, 57 (3): 601-631.

MACHADO, Maria. Religião, Cultura e Política. In: **Religião e Sociedade**. v. 32. n. 2. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião, 2012, p 29-56.

MARIANO, Ricardo. (2004). Expansão Pentecostal no Brasil: o Caso da Igreja Universal. **Estudos Avançados**, *18*(52), 121–138.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais**: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Edições Loyola, 1999

MELO, Sidney. Um Pensamento político da "Bancada Evangélica"? Notas iniciais de uma investigação. *GPMPP* **Working Papers**, Campinas, n.5, 2016.

NASCIMENTO, Cláudia. **Igreja como partido**: capacidade de coordenação eleitoral da Igreja Universal do reino de Deus. São Paulo: Tese de Doutorado em Administração Pública e Governo, Fundação Getúlio Vargas, 2017.

OAKESHOTT, Michael. **Rationalism in politics**. London: Methuen, 1962: p.127

PIERUCCI, Antônio & Reginaldo PRANDI. **A realidade social das religiões no Brasil**: religião, sociedade e política. São Paulo: Hucitec, 1996.

PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan. Mudança religiosa na sociedade secularizada: o Brasil 50 anos após o Concílio Vaticano II. **Contemporânea**, São Carlos, v. 5, n. 2, p. 351-379, 2015.

SANT'Ana, Raquel. O som da marcha: evangélicos e espaço público na Marcha para Jesus. **Religião e Sociedade**, vol.34 nº2. Rio de Janeiro, julho/dezembro, 2014.

SURUAGY, Bruna. **Religião e política**: ideologia e ação da "Bancada Evangélica" na Câmara Federal. 2011. 350 f. Tese de Doutorado em Psicologia Social – Setor de Ciências Jurídicas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.

TREVISAN, Janine. A Frente Parlamentar Evangélica: força política no estado laico brasileiro. Seção Temática: **Religião e Política** v. 16 n 1, UFJF, 2013.

Recebido em 1/07/2020
Aceito em 21/08/2020